

# Regulamentação da lei

**A** Lei de Biossegurança (2.401/03), que regulamenta os organismos geneticamente modificados – considerados a base da biotecnologia moderna – e o uso de células-tronco embrionárias, aprovada no início do ano pela Câmara dos Deputados e em março pelo Congresso Nacional, seguida de promulgação pelo presidente da República, ainda não foi regulamentada. Isso é motivo de preocupação por parte da comunidade científica e dos produtores rurais.

O adiamento da regulamentação está fixado até novembro, conforme estabelece o decreto do governo, podendo comprometer a safra deste ano e provocar uma nova onda de contrabando de sementes geneticamente modificadas. Em agosto, a Associação Nacional de Biossegurança (ANbio) divulgou manifesto contra a insegurança com o atraso na regulamentação da biotecnologia no Brasil. Há dois anos, o País vive momentos de insegurança e incertezas no setor.

As regras, normas, resoluções exigidas por diferentes ministérios inviabilizam qualquer possibilidade de planejamento estratégico e incentivo para a pesquisa em um segmento fundamental para o País, como o da tecnologia do DNA recombinante. O número de teses de mestrado e doutorado na área diminuiu vertiginosamente, com as universidades públicas redirecionando suas pesquisas para áreas com maior estabilidade.

Além da questão das células-tronco, estão parados os processos biotecnológicos, alternativas para problemas em diversos setores:

- No de meio ambiente, alternativas que possibilitem menor erosão de solo e uso de defensivos, economia de água, uso de solos inférteis;
- No da saúde, melhor qualidade dos

alimentos, soluções para prevenção de doenças órfãs e produção de alimentos nutracêuticos;

- Na economia do País, com o aumento da produção agrícola e maior competitividade no mercado internacional.

Há oito meses, se espera a regulamentação para a retomada das pesquisas que envolvem manipulação genética. Destituída pela nova lei, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que autoriza todas as pesquisas de engenharia genética, só voltará a funcionar com a regulamentação.

Enquanto isso, mais de 500 projetos de pesquisa ocupam as salas da Comissão em Brasília e centenas de pesquisadores. No Paraná, segundo a CTNBio, existem hoje 321 experimentos em organismos geneticamente modificados. A demora do governo vai prejudicá-los, pois as licenças estão por vencer.

De acordo com a Associação Nacional de Biotecnologia (ANBio), uma organização não-governamental (ONG) que congrega instituições de engenharia genética, a demora na regulamentação da lei criou um vácuo legal no País. A CTNBio era uma estrutura que já funcionava há dez anos. O investimento em pesquisas de engenharia genética teve de ser interrompido. Os prejuízos são incalculáveis.

A demora atrasa ainda mais a possibilidade de acesso dos agricultores às novas tecnologias que poderiam ajudá-los a reduzir custos, usar menos defensivos e facilitar o manejo de suas lavouras, como ocorre nos países concorrentes do Brasil na agroindústria. Com a paralisação das pesquisas o País deixa de produzir patentes. Perde-se a possibilidade de ter propriedade intelectual de conhecimento para, no futuro, termos o risco de comprar. ■

## Monsanto e sementeiras definem royalties

**A** pós longos meses de discussões, produtores de sementes e a multinacional americana Monsanto fecharam acordo sobre a cobrança dos royalties na venda de sementes certificadas de soja transgênica, com a tecnologia Roundup Ready.

A minuta será usada como modelo para os contratos individuais assinados pelas sementeiras e só terá efeito para na comercialização de sementes na safra 2005/06. Para os ciclos seguintes, haverá novas rodadas de negociação.

O valor dos royalties ficou em R\$0,88 por quilo de semente certificada, sendo que os produtores podem estabelecer preços finais aos agricultores por meio de descontos na parcela que retêm a título de margem e remuneração pela operacionalização do sistema de cobrança.

As indústrias sementeiras também confirmaram sua intenção de cobrar dos produtores R\$0,50 por quilo de semente certificada. Também ficou fixado o pagamento de um bônus de R\$20 por hectare aos produtores que multiplicarem sementes na safra 2005/06, visando à comercialização no ciclo seguinte.

O acordo prevê regras para a venda de sementes certificadas. No caso das sementes não-certificadas (ilegais ou salvas pelos produtores de safras anteriores), a Monsanto quer manter o sistema de cobrança de indenização de 2% sobre o valor da produção de grãos, mas precisa fechar acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Associação dos Cerealistas.

Segundo dados da Associação Brasileira de Sementes, a oferta de sementes certificadas para safra 2005/06 é de 3 milhões de sacas, suficientes para o plantio de 3 milhões de hectares – ou 30% da previsão de área a ser plantada com transgênicos. A entidade estima em R\$60 milhões os royalties com as vendas dessas sementes, excluídas as indenizações sobre as sementes salvas pelos produtores.